

A construção de um espaço para fortalecimento do poder popular na América

Latina: o SIPPAL

Layssa Maia¹

Marina Freire²

Dennis Rodrigues Martins³

Felipe Addor⁴

Palavras-chave: democracia participativa, poder popular, América Latina.

Resumo

Apresentamos, neste artigo, a experiência de construção do I Seminário Internacional Poder Popular na América Latina (SIPPAL), realizado em novembro de 2014, no Rio de Janeiro. O evento teve como objetivo central promover um espaço de discussões e troca de informação sobre experiências que avançam o fortalecimento e consolidação do poder popular em *Nuestra América*. Além disso, o encontro procurou aproximar grupos universitários de movimentos sociais, a partir da concepção de que a universidade pública precisa estar mais próxima da luta dos movimentos para que possa contribuir para a efetiva transformação social. Através deste artigo, temos o intuito de realizar um registro histórico-acadêmico do processo de construção coletiva deste seminário, além de apresentar seus resultados e perspectivas, a fim de consolidar o intercâmbio e a difusão de práticas democráticas participativas em toda a América Latina.

Introdução

A crise de legitimidade dos sistemas democráticos vigentes na maioria dos países latino-americanos resulta, mormente, em duas consequências: uma profunda e disseminada crítica à estrutura democrática, levando à proposição de uma série de mudanças no sistema; a experimentação de novas práticas políticas que visam promover espaços de inclusão efetiva da população em geral. Se, por um lado, a crítica ao sistema é algo visível e presente no cotidiano, por outro, as práticas democráticas alternativas ainda encontram-se pouco difundidas, seja no meio acadêmico, seja entre os

¹ Graduanda em Defesa e Gestão Estratégica Internacional – UFRJ; Bolsista de Extensão no Soltec/UFRJ.

² Graduanda em Administração – UFRJ; Bolsista de Extensão no Soltec/UFRJ.

³ Graduando em Direito – UFRJ; Bolsista de Extensão no Soltec/UFRJ.

⁴ Professor do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social – NIDES/UFRJ; Coordenador Geral do Soltec/UFRJ.

formuladores de políticas públicas. Alguns governantes, líderes comunitários, povos tradicionais têm experimentado práticas reais de poder popular cujo conhecimento fica restrito às poucas pessoas que têm a oportunidade de tomar ciência dessas práticas.

O I Seminário Internacional Poder Popular na América Latina teve como propósito reunir e debater essa difusa e diversa série de iniciativas que buscam fortalecer a organização popular e possibilitar uma maior influência da sociedade no direcionamento das políticas.

De modo a descrever a experiência de realização deste seminário, o presente artigo começa apresentando a revisão bibliográfica que foi base para toda a reflexão que norteou a construção do Seminário. Em seguida, relatamos o processo de construção do I Sippal, que começou há alguns anos atrás, dando destaque para o período recente de articulação nacional e internacional para a realização do evento.

Apresentamos, na seção seguinte, a metodologia desenvolvida ao longo do Seminário, com suas diferentes matizes, procurando dar espaço tanto para o campo acadêmico quanto para as frentes de luta dos movimentos sociais. Fazemos uma avaliação do Sippal, destacando os êxitos alcançados na realização de um primeiro encontro, mas também mostrando as dificuldades e os problemas ocorridos ao longo do evento que impediram que alguns objetivos fossem alcançados.

Por fim, discorremos sobre as perspectivas que estão sendo construídas após o evento, tanto vinculadas à realização de um segundo Sippal, mas também outras que estão ligadas à articulação que se iniciou e que pretendemos ampliar ora em diante.

1. Fundamentação teórica

A construção de sistemas políticos efetivamente democráticos é um desafio que mobiliza intelectuais e ativistas, a partir de uma ampla discussão teórica e de diferentes práticas sociais. Nos últimos anos, a América Latina tem sido palco de um conjunto de experiências de democratização do Estado e de tomada do poder pelo povo. Alguns consideram a região como o *laboratório político do mundo*. Seja a partir de movimentos sociais, de organizações dos trabalhadores, de povos indígenas, seja por iniciativas de governos locais ou até nacionais, em vários países são desenvolvidas práticas que buscam repensar o sistema democrático representativo liberal.

O processo histórico de construção desta forma hegemônica da democracia nos remete há pouco mais de duzentos anos, quando se deu início ao mais importante movimento de transformação dos sistemas políticos modernos. Vindos de sistemas monárquicos e/ou eclesiais, a organização dos países começou a nutrir-se de uma proposta mais inclusiva que diminuiu a importância dos direitos de prestígio das elites anteriores, baseados na regra monárquica ou religiosa, e iniciou um processo de “equanimização” da população. Marcadamente, esse processo tem seu pontapé inicial nas revoluções Francesa e estadunidense do final do século XVIII (PITKIN, 2004).

Os séculos XIX e XX foram marcados pelas constantes disputas ocorridas acerca da questão democrática nos países centrais. Saindo de uma realidade caracterizada pela concentração de poder em mãos de imperadores, reis, czares, experimentou-se a reformulação do modelo político, de forma que a população tivesse maior capacidade de interferir nos caminhos de desenvolvimento econômico e político do seu país. No entanto, ao longo do tempo, o ideal democrático foi perdendo sua chama e o modelo hegemônico de consolidação da democracia, principalmente no mundo ocidental, restringiu-se à realização do sufrágio universal, que em lugar de ser consolidado como uma forma de exercício da democracia, assumiu o significado da própria democracia, concedendo, portanto, amplo espaço para os procedimentos unicamente eleitorais (MANIN, 1997; WARREN, 2002).

Desse modo, instaurou-se um processo de perda da diversidade - coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas - através da aceitação universal do modelo democrático representativo baseado unicamente no voto (SANTOS; AVRITZER, 2005).

Inserida essa lógica no contexto atual, é possível identificarmos claramente uma crise no modelo de representação. Esse modelo hegemônico da democracia distancia os cidadãos da administração dos interesses coletivos e gera desinteresse pela política, afastamento com relação à construção da democracia, esvaziamento das instituições políticas (como partidos e órgãos do governo representativo: câmara dos deputados, senado) e falta de sentimento público. Esse crescente abismo, portanto, segue fortalecendo o argumento de que o modelo de democracia representativa baseada apenas no voto não é suficiente para dar conta das complexas demandas sociais que se apresentam.

Com o propósito de criar um caminho contra-hegemônico no cotidiano, além de corroborar a afirmativa de participação popular, destacam-se ao redor do planeta, nas últimas décadas, diversas referências a práticas que buscam criar espaços de aprofundamento da democracia através da participação das pessoas em espaços consultivos ou deliberativos, a fim de inserir os cidadãos no processo de criação e intervenção nas políticas públicas, no processo de tomada de decisão. Conselhos, comitês, conferências, assembleias, orçamentos participativos são alguns dos nomes que identificam essas práticas. (SANTOS, 2005; PERUZZOTTI, 2008; AVRITZER, 2009).

Essas experiências de busca da população por mais espaços de participação são importantes para ratificar o que nos mostra a história, assim como os autores, de que os processos de transformação do sistema político em direção a uma proposta mais inclusiva e democrática são fruto exclusivo da luta das populações excluídas por direitos. A cessão das elites políticas e econômicas não se deu por sua boa vontade, mas por pressões sociais que as fizeram ceder às demandas populares com o intuito de amenizar os conflitos e evitar um dano maior que poderia resultar da perda de controle sobre os atos e atores subversivos. A transformação do sistema democrático não se deu, e não se dará no longo prazo, sem uma profunda luta dos grupos desfavorecidos (WALLERSTEIN, 2001; O'DONNELL, 2000; OLIVEIRA, 1999).

Corroborando essa premissa, nas últimas décadas, uma série de grupos começam a experimentar novas práticas democráticas. Os indígenas do Pachakutik no Equador, a construção do estado comunal na Venezuela, a luta dos zapatistas no México, a prática comunitarista de El Alto na Bolívia, as experiências de orçamento participativo no Brasil, as fábricas recuperadas na Argentina. Ao longo do território latino-americano, pululam novos experimentos que podem representar novas fontes para fazer renascer nosso tão combatido sistema democrático. Entretanto, identifica-se pouco conhecimento e uma ínfima troca entre essas experiências. A falta de uma articulação política regional que fortaleça essas práticas através da sua difusão, da construção de parcerias, do apoio internacional significa, em grande parte dos casos, uma fragilidade para a consolidação dessas experiências (ADDOR, 2012).

Foi diante desse cenário e a partir de uma ampla articulação que foi construído o I Seminário Internacional Poder Popular na América Latina (Sippal). O Sippal busca

estabelecer um espaço de integração entre membros de movimentos sociais, atores políticos territoriais, universidades, organizações sociais permitindo um intercâmbio de reflexões e de experiências sobre os caminhos para o fortalecimento e consolidação da democracia participativa e do poder popular na *Nuestra América*.

A partir do encontro dessas diversas realidades, buscamos aprofundar o debate sobre as práticas participativas visando maior compreensão sobre seu potencial transformador e sobre como podem representar um processo amplo de formação de cidadãos e de efetiva transformação das relações sociais. Para além da reflexão, o propósito de articular todos os grupos envolvidos no Seminário para construção de um movimento político de fortalecimento de práticas de poder popular foi um importante pilar desse evento, a fim de que novas iniciativas fossem vislumbradas para o século XXI na América Latina.

Em seguida, apresentamos o histórico de construção coletiva do Seminário.

2. Criação do Seminário Internacional Poder Popular na América Latina

2.1 Histórico

Infelizmente, o interesse por estudar a América Latina ainda é raro nos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Corroborando nossa história, de forma geral, nossas universidades ainda priorizam vínculos, convênios, parcerias com países da América do Norte e Europa, além de outros países desenvolvidos isolados, como Austrália e Japão. Retrato fiel disso são os destinos de bolsistas de doutorado sanduíche dos órgãos de financiamento brasileiros (CNPq, Faperj) que financiam, quase em sua totalidade, pós-graduandos para estudar nesses países.

Felizmente, embora seja tímido, há um movimento de ampliação do número de pessoas e grupos interessados em aproximar-se da temática latino-americana em diversas áreas. Além de permitir um maior conhecimento sobre a nossa própria história, o fenômeno recente de maior articulação política, econômica e social entre alguns países da região, iniciado no período da virada do milênio, traz um estímulo para esse intercâmbio com nossos irmãos latinos.

Foi nesse contexto que alguns pesquisadores começaram a articular-se em torno da temática do *Poder Popular na América Latina*. Várias pessoas fizeram parte da

articulação inicial que mais tarde criaria o Sippal, mas vale destacar dois grupos que serviram como pilar originário a esse processo. Primeiro, o Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/UFRJ - www.soltec.ufrj.br). O Soltec/UFRJ é um programa de extensão, ensino e pesquisa no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ), que desenvolve projetos tendo como eixo de atuação a articulação do campo tecnológico com os problemas sociais do país. Cada vez mais, visto a proximidade de contextos, seus projetos têm fortalecido esse diálogo com outros países da América Latina, principalmente em temas como: poder popular e democracia participativa; economia solidária e fábricas recuperadas; tecnologia social e engenharia e desenvolvimento social.

O segundo grupo importante nesse momento inicial foi o Núcleo de Estudos Contemporâneos, grupo de trabalho do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (NEC - www.historia.uff.br/nec/). Estudando experiências de práticas de poder popular em diversos países, como Venezuela, Cuba, Argentina, pesquisadores ligados a esses núcleos começaram a consolidar um grupo com o objetivo de difundir e refletir sobre essas experiências. Vale citar os trabalhos de Bruce (2011), Addor (2012) e Henriques (2013).

A primeira atividade foi uma oficina de trabalho realizada na programação da Cúpula dos Povos (evento organizado pela sociedade civil e movimentos sociais, em paralelo à Rio+20)⁵. A Oficina, denominada *Poder Popular na América Latina: experiências e expectativas para o século XXI*, apesar de não possuir nenhum recurso, para além da infraestrutura cedida pela Cúpula, contou com uma mesa com três integrantes, Carmen Silva, da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, e dois venezuelanos: Miguel “Chicho” Medina, líder comunitário do município de Torres e integrante da *Red Nacional de Comuneros y Comuneras*, organização que apoia a construção das comunas no país; e Gustavo Borges, comunicador popular do bairro *23 de Enero*, um dos territórios de maior mobilização política da periferia de Caracas. Após a mesa, tivemos a exposição de dois debatedores: José Antonio Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); e Silvio Caccia Brava, do Instituto Pólis.

⁵ http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html. Acesso em 09/03/2015.

Essa primeira atividade permitiu uma reflexão ampla e atual sobre o tema, principalmente abrindo ao debate as possibilidades de troca de experiências e a necessidade de se ter mais espaços de integração. No final, colocou-se a proposta de realizar um seminário latino-americano sobre a temática, o que foi muito bem recebido pelos presentes. Entretanto, a realização do encontro só ocorreria dois anos mais tarde.

Nesse ínterim, o grupo articulado inicialmente continuou promovendo algumas atividades. Entre as principais, estão os cursos oferecidos em parceria com o Sindicato dos Professores Municipais do Rio de Janeiro (Sinpro). No segundo semestre de 2012, foi oferecido o curso de extensão *Poder Popular na América Latina*, sob responsabilidade do professor Daniel Aarão Reis, do NEC/UFF. Em função do êxito e da alta demanda, oferecemos uma segunda turma no primeiro semestre de 2013. Numa variação desse curso, no segundo semestre de 2013, oferecemos o curso *Poder Popular, Revoluções e Cinema*, que permitiu entrarmos em contato com experiências de outros países, como os zapatistas no México, além de tratar o tema em diálogo com a sétima arte.

Apesar dessas atividades, a falta de um apoio institucional sólido que garantisse a continuidade do trabalho impediu que o seminário latino-americano proposto na Cúpula dos Povos se concretizasse no curto e médio prazo. Tentando resolver esse problema, no início de 2014, foi criado, no âmbito do Programa de extensão Soltec/UFRJ, o projeto de pesquisa e extensão *Democracia Participativa e Poder Popular na América Latina*. O apoio institucional, que garantiu, por exemplo, duas bolsas para estudantes atuarem no projeto, permitiu que se fizesse um planejamento para todo o ano, e entre as atividades principais estava a organização do I Seminário Internacional Poder Popular na América Latina.

2.2 Processo de construção do evento

Como citado anteriormente, o Sippal inseriu-se nos objetivos propostos pelo projeto de pesquisa e extensão *Democracia Participativa e Poder Popular na América Latina* (Ppal). O Ppal visa, em sua síntese, criar um espaço amplo, abrangente de novas possibilidades e perspectivas quanto ao debate da democracia no seu contexto latino-americano e seu desarraigar da teoria democrática europeia para a ampliação de experiências vividas na América Latina em suas recentes democracias, tendo como foco

primordial o experimentar da participação popular no processo de construção democrática.

A metodologia de construção preocupou-se constantemente em promover espaços de formação entre os participantes. Houve grande dedicação de tempo às discussões sobre teorias e práticas democráticas da América Latina, com reflexões sobre correntes teóricas a serem abordadas e possíveis expositores capazes de trazer diferentes abordagens.

Como espaço de formação e também como campo de experiência e ampliação da articulação política e institucional para o Sippal, foi realizado um primeiro encontro no dia 13 de maio de 2014, com o seminário *Vias para Integração Acadêmica na América Latina*. A atividade teve como foco a discussão sobre a experiência latino-americana de integração acadêmica, com o objetivo do compartilhamento de práticas, a fim de encontrar novas possibilidades de intercâmbio entre as universidades e institutos de pesquisa dos países da região, além de debater as dificuldades e obstáculos envolvidos neste processo.

Para tanto, na primeira mesa-redonda, contamos com a presença do Cônsul Geral da Venezuela Edgar Alberto González Marín, o professor equatoriano da UFRJ Carlos Julio Tierra e o presidente da Casa da América Latina Raymundo de Oliveira (também professor da UFRJ). Na segunda mesa, participaram a Consul Geral da Bolívia Shirley Orozco Ramirez e a professora da UFRJ Laura Tavares, grande conhecedora do contexto de luta política na América Latina. Nas duas mesas, foram feitas análises do contexto político da região e também foram elencadas e analisadas as possibilidades concretas de integração entre as instituições acadêmicas de cada país.

Após esse primeiro seminário, tendo consolidado os primeiros passos em nossa articulação institucional, iniciamos um processo que consistiu na expansão de nossas fronteiras para além do microcosmos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, alcançando, portanto, outras universidades e seus atores que, de igual modo, preocupam-se com a democracia latino-americana. Destacam-se nessa busca contínua e crescente por parcerias, instituições de ensino que nos apoiaram no processo de estruturação e elaboração do I Sippal como a Universidade Federal Fluminense (UFF) representada pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidade (LEMTO) e pelo Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), a Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Unilasalle Niterói-RJ. Os representantes dessas instituições contribuíram no espaço de discussão e ampliação dos ideais formulados para o I Sippal, deixando claro, nas reuniões periódicas de construção, nosso princípio norteador de construir coletivamente esse evento.

Se tínhamos, parcialmente, conquistado o ambiente acadêmico da Universidade Federal do Rio de Janeiro por intermédio do espaço institucional oferecido e fomentado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), agora também se integravam ao movimento o Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (Nepem) da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ), assim como o Departamento de Ciência Política (DCP) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Essa diversidade institucional intra UFRJ permitiu uma abordagem multidisciplinar sobre a temática, com os professores, pesquisadores e alunos de cada grupo trazendo suas perspectivas, seus conhecimentos e, muito importante, seus contatos com outras universidades e com movimentos sociais em vários países latino-americanos.

Embora a articulação já estivesse bem ampliada, era necessário mais um esforço: trazer para dentro da organização de Seminário os movimentos sociais. Nunca se pretendeu que o Sippal fosse um evento estritamente acadêmico. Apesar de ser inicialmente idealizado por universitários, de prever um espaço para apresentação de artigos, nosso intuito sempre foi o de promover um espaço de intercâmbio entre universidade e sociedade, particularmente com os movimentos sociais, não tendo estes apenas como expositores ou convidados, mas como atores protagonistas na definição do evento.

Nesse âmbito, além da participação da Casa da América Latina, vale destacar a grande importância que tiveram, para pensar o encontro e principalmente a participação dos movimentos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Além disso, também foi fundamental a participação do Movimento por uma Universidade Popular (MUP) e da Plataforma de Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político Brasileiro. A metodologia de convocação dos movimentos e de organização da plenária dos movimentos sociais, descrita na seção seguinte, foi pensada junto com esses atores, garantindo a criação de um espaço muito receptivo às dezenas de movimentos que se fizeram presentes.

3. O I Seminário Internacional Poder Popular na América Latina

3.1 A metodologia do SIPPAL

No Seminário promovemos uma discussão ampliada que buscou abarcar os diferentes eixos de análise da democracia participativa e do poder popular na América Latina. O encontro se realizou em quatro dias e contou com dois painéis (de abertura e de encerramento), mesas-redondas, plenárias dos movimentos sociais e apresentação de artigos.

Nas primeiras reuniões de construção do seminário e de formação do grupo, focalizamos nas trocas de interesses/ideias e conhecimentos adquiridos, bem como suas trajetórias acadêmicas e de lutas, a fim de conhecer aqueles que formariam a equipe. Outra finalidade, foi estimular que estes membros trouxessem, de seu círculo de conhecimento, novos integrantes que se interessassem pelo tema. Dessa forma, e considerando as especificidades de cada um, conseguimos definir um grupo que se comprometesse com a elaboração do seminário.

E a partir desse momento, passamos a pensar o quão abrangente seria o evento e por quais caminhos iria seguir. Fomos construindo sua proposta de forma coletiva, definindo suas diretrizes, começando pelos temas que julgávamos primordiais para o desenrolar do debate e deveriam estar presentes no seminário, de acordo com a experiência e interesse de cada integrante da comissão organizadora.

Com base no elenco de assuntos definidos, orientamos a elaboração dos onze eixos temáticos, os quais estruturaram a programação geral do encontro, assim como determinaram os temas dos artigos, que deveriam estar vinculados a um desses eixos, que foram: 1) O Poder Popular nas Ruas: Movimentos Sociais; 2) Estado e Poder Popular: Reformas e Participação; 3) Poder Comunitário, Movimentos Indígenas e Afrodescendentes; 4) O papel das Universidades no fortalecimento do Poder Popular; 5) Movimentos Sociais no contexto de governos progressistas; 6) Comunicação e a construção do poder popular; 7) As lutas travadas no campo latino-americano; 8) Os movimentos contra a opressão de gênero, raça, etnia e orientação sexual; 9) Poder Popular e a democratização da economia; 10) Conflito entre a ampliação da Democracia e o Capitalismo e 11) Integração regional e unidade dos povos na América Latina.

Posteriormente, optamos por dividir tais eixos nas mesas redondas e nos painéis de abertura e de encerramento, o que exigiu alguns ajustes, como a junção de alguns eixos com temas próximos, para compor uma mesa ou um painel. Buscamos colocar os temas mais centrais e abrangentes nos dois painéis, de forma estabelecer um eixo para cada um deles. Enquanto que em cada mesa reunimos dois eixos, conforme a proximidade dos temas e dos movimentos envolvidos.

Assim, os Painéis, de abertura e encerramento, com temas transversais, trouxeram questionamentos mais amplos sobre o contexto político latino-americano, permitindo uma visão mais abrangente sobre o cenário atual e as possibilidades de futuros, a partir das lutas em favor de uma democratização da democracia.

O painel de abertura contou com a participação dos estudiosos Pablo Mamani, da Bolívia, e do brasileiro Carlos Walter, que trouxeram, cada qual com sua experiência, a reflexão sobre território e ações participativas, debatendo sobre as dificuldades de ampliação da democracia dentro de um sistema capitalista. Ao passo que, no Painel de encerramento, tivemos a presença de Miguel Urrutia, do Chile, e dos brasileiros Edmilson Costa e Monica Bruckman, que conduziram o debate sobre os possíveis caminhos, assim como os entraves, para a transformação do Estado através das lutas pelo poder popular.

As Mesas-Redondas possibilitaram a expressão de diferentes pontos de vistas e experiências, na busca de uma diversidade entre intelectuais e atores dos movimentos sociais. Nas mesas, com representantes de vários países, buscou-se garantir que as diferentes perspectivas de lutas fossem apresentadas, trazendo convidados de movimentos sociais, organizações não governamentais, organizações dos trabalhadores, organizações indígenas e outros povos tradicionais, universidades e outros espaços, em que estivessem sendo geradas as práticas de poder popular.

Na primeira Mesa-Redonda, pudemos ver uma análise de diferentes perspectivas, com a contribuição do intelectual Mauro Iasi, professor da UFRJ e militante político, Sérgio Quintero, membro da marcha patriótica da Colômbia e de Gilmar Mauro, integrante do MST Brasil, que dialogaram sobre a luta dos movimentos sociais e seu encontro com os governos que se dizem progressistas.

A segunda mesa contou com a participação de representantes de movimentos sociais de povos tradicionais e camponeses, como Abencio Caicedo, militante do

Movimiento de las Comunidades Negras da Colômbia, Leila Santana, integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil, Ronaldo dos Santos, membro da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas e Paulo Apurinã, do movimento indígena brasileiro. O diálogo com diferentes experiências e conflitos particulares de cada movimento possibilitou um interessante e rico debate sobre a luta dos camponeses e dos povos tradicionais.

Já na última Mesa-Redonda foi abordada a questão sobre a dificuldade de se conseguir uma igualdade política quando há uma desigualdade econômica. Para este debate contamos com a colaboração dos estudiosos no tema, como o chileno Franck Gaudichaud, Rafael Enciso, da Venezuela, Jesus Pastor García, de Cuba, e o brasileiro Claudio Nascimento.

Além das mesas-redondas, com o objetivo de permitir um contato mais próximo com as diversas experiências de construção do poder popular, foram realizadas Plenárias dos movimentos sociais, onde se consolidou um espaço de aprendizado junto aos movimentos sociais, que possibilitou um maior aprofundamento de temas específicos, propiciando uma troca mais rica entre movimentos de diferentes setores e países.

Houve, também, a chamada de artigos sobre os diversos temas que envolvem a questão do poder popular na América Latina. O objetivo foi oferecer um espaço para que fossem apresentadas as pesquisas, reflexões e ações que vem sendo feitas no meio acadêmico sobre essa prática, estimulando cada vez mais a aproximação entre o ambiente universitário e os movimentos sociais. Os artigos que recebemos compreendem uma totalidade de 84, destes, 6 oriundos da Venezuela, 1 do Chile, 5 da Colômbia, 1 do Uruguai, 1 da Argentina, 1 do México, 1 do Equador e 59 do Brasil. No momento, estamos finalizando os anais, a fim de publicá-los digitalmente.

3.2 Avaliação do seminário

Foram destacados alguns aspectos a serem repensados e planejados para o próximo Sippal. Em função da estratégia utilizada na construção do evento, que dava maior ênfase a qualidade do debate, priorizando a articulação institucional, algumas questões como busca de financiamento, divulgação do evento e organização da logística, foram pensadas com pouca antecedência.

A questão financeira também foi apresentada como um dos problemas de planejamento, o que resultou em grandes dificuldades para obter financiamento. Entretanto, o que era um problema tornou-se um benefício para o Seminário. Por conta dessa dificuldade, foi preciso buscar apoio de diferentes organizações, o que permitiu uma ampliação da articulação, já que os apoiadores sempre se interessavam e se envolviam com o evento. Por um lado, tivemos importante apoio de várias organizações que estavam envolvidas diretamente com o evento: o Soltec/UFRJ, o Nides/UFRJ, a Escola de Serviço Social/UFRJ, o NEC/UFF e a Casa da América Latina. Mas, por outro, conseguimos um reforço importante de organizações, principalmente sindicatos, que viram a relevância e pertinência do evento para suas lutas: Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro (Sindipetro), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes).

Em função dos poucos recursos, tivemos que fazer algumas alterações na programação, impedindo, por exemplo, que tivéssemos uma representação mais diversa de vários países, causando um peso maior do que o desejado de representantes brasileiros nas exposições, embora tenha havido participação relevante de estrangeiros, como descrito na seção anterior.

Nenhuma dessas questões comprometeu o andamento do seminário, já que o resultado do seminário foi positivo e animador. O principal sentimento foi o de ter preenchido uma lacuna. Muitas estudiosos e militantes comentaram a falta de espaço para expor essas experiências e para fazer um intercâmbio sobre o tema, ainda mais com a perspectiva latino-americana. Esse retorno afirmativo ratificou a ideia de organizar uma rede de estudos e pesquisa sobre o tema em nosso continente, que envolvesse várias instituições de ensino e movimentos sociais. E nos permitiu identificar a existência de grande demanda por uma integração como esta, e o quanto ela se faz necessária para uma maior compreensão e consolidação do poder popular na América Latina.

4. Perspectivas para o Sippal

Antes mesmo de termos consolidado o I SIPPAL como um evento capaz de agregar diversas experiências, reflexões e práticas, já havíamos idealizado sua continuidade para o ano seguinte. Como principal perspectiva para a realização do

segundo seminário, temos o desejo de consolidação da Rede de Estudos e Projetos sobre Poder Popular e Comunitário na América Latina, visando fortalecer o intercâmbio entre reflexões e práticas que contribuam para a construção de políticas democráticas mais populares. Tendo as instituições, órgãos e movimentos sociais já envolvidos com a organização e participação no I SIPPAL como primeiros integrantes dessa rede, buscaremos, através desses atores, expandir a articulação dentro e fora do país, com o objetivo de fortificá-la e de, efetivamente, torná-la instrumento de determinação dos próximos passos a serem trilhados rumo a um sistema político mais participativo.

Outro grande fator que nos impulsiona nessa caminhada ao II SIPPAL refere-se à uma realidade, que nos foi apresentada pelo I SIPPAL, de grande demanda por espaços de discussão sobre a questão do Poder Popular, como citado na seção anterior. Isto ficou evidenciado no teor dos debates que foram conduzidos nas mesas-redondas, na plenária dos movimentos sociais, e também nos artigos que foram apresentados, além dos vários pedidos, que vieram ao nosso encontro no decorrer do evento, de consolidação e permanência desse ambiente que começamos a construir.

Desse modo, no atual contexto de discussão sobre a Reforma Política e as diversas insatisfações político-sociais que estão sendo colocadas à respeito do sistema democrático representativo, torna-se eminente a necessidade de permanecermos em constante diálogo, qualificando as propostas participativas que desejamos ver implementadas nos próximos anos.

Para tanto, o SIPPAL quer se colocar como um importante ponto de encontro no cenário latino-americano. Aproximando os debates e as reflexões sobre as diversas experiências efetivamente democráticas desenvolvidas nessa região, aprofundando o intercâmbio e o conhecimento dessas práticas, a fim de difundi-las em toda a região, buscaremos nos tornar agentes fortalecedores das experiências de poder popular latino-americanas. Encontrar, em cada país, em cada localidade, os espaços abertos à ampliação da participação popular, para escrever um novo capítulo na história da democracia.

Referências Bibliográficas

ADDOR, F. Teoria Democrática e Poder Popular na América Latina: contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012.

AVRITZER, Leonardo. Participatory Institutions in Democratic Brazil. Johns Hopkins University Press, 2009.

BRUCE, Mariana. A “Democracia Participativa y Protagónica”, o Povo e o Líder: A Experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero (Caracas/Venezuela). Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2011.

HENRIQUES, Flávio Chedid. Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil e na Argentina. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MANIN, Bernard. The principles of representative government. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria Democrática y política comparada. Em: Desarrollo Económico, vol. 39, No 156, Buenos Aires, janeiro-março, pp. 519-570, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. Em: Oliveia e Paoli (Org.) Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e ehegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PERUZZOTTI, Enrique. Representative Democracy as Mediated Politics: Rethinking the Links between Representation and Participation. Manuscrito, 2008. Disponível em: <http://www.democraciaparticipativa.org/bellagio/arquivos/Peruzzotti%20-%20Bellagio.pdf>. Acesso em 23 nov. 2010.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representation and Democracy: uneasy alliance. In: Scandinavian Political Studies, vol. 27, N. 3, pp. 335-342, setembro, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. Em: SANTOS, B.S. (Org.), Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Democracy, Capitalism, and Transformation*, 2001.
Disponível em: <http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/iw-vien2.htm>. Acesso em 24
set. 2012.

WARREN, Mark. What Can Democratic Participation Mean Today?. *Political Theory*,
vol. 30, nº 5, pp. 677-701, outubro, 2002.